

Demonstrações Financeiras

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

31 de dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Contexto operacional	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa	16
Caixa restrito e depósitos restituíveis	17
Contas a receber de clientes	18
Estoques	19
Imobilizado	20
Intangível	23
Ativo de direito de uso e arrendamento	26
Contas a pagar e fornecedores	28
Empréstimos e financiamentos.....	29
Provisão para demandas judiciais	30
Patrimônio líquido.....	32
Receita operacional líquida	34
Custos e despesas por natureza	35
Resultado financeiro.....	36
Imposto de renda e contribuição social corrente	37
Transações com partes relacionadas	38
Cobertura de Seguros	39
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	40
Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa.....	45



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra dos Cavalinhos I Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.296	5.232
Contas a receber de clientes	5	5.010	4.986
Contas a receber – Partes relacionadas	18	350	237
Despesas antecipadas		614	406
Estoques	6	842	784
Impostos e contribuições a recuperar		483	393
Adiantamentos a fornecedores		149	-
Outras contas a receber		2	151
Total do ativo circulante		18.746	12.189
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	7.290	7.030
Depósitos judiciais		482	475
Imobilizado	7	172.831	179.713
Intangível	8	2.067	2.154
Ativo de direito de uso	9	297	481
Total do ativo não circulante		182.967	189.853
Total do ativo		201.713	202.042

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	10	2.182	1.939
Contas a pagar – Partes relacionadas	18	385	2.507
Empréstimos e financiamentos	11	8.091	7.896
Obrigações tributárias		891	693
Dividendos a pagar	18	3.879	4.550
Passivo de arrendamento	9	242	192
Outras contas a pagar		5	-
		15.675	17.777
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	80.753	86.159
Passivo de arrendamento	9	102	311
		80.855	86.470
Patrimônio líquido			
Capital social	13	84.008	84.008
Reservas de lucros	13	21.175	13.787
Total do patrimônio líquido		105.183	97.795
Total do passivo e do patrimônio líquido		201.713	202.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	14	43.990	39.863
Custo de geração de energia	15	(17.627)	(15.051)
Lucro bruto		26.363	24.812
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(44)	(31)
Outras receitas (despesas) operacionais		153	30
		109	(1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		26.472	24.811
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.931	1.140
Despesas financeiras	16	(10.010)	(9.002)
		(8.079)	(7.862)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.393	16.949
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(2.059)	(1.651)
		(2.059)	(1.651)
Lucro líquido do exercício		16.334	15.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	16.334	15.298
Total do resultado abrangente do exercício	<u>16.334</u>	<u>15.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		90.244	2.122	9.616	-	101.982
Declaração do dividendo ocorrida no exercício	13	-	-	(9.616)	-	(9.616)
Redução de capital	13	(6.236)	-	-	-	(6.236)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	15.298	15.298
Constituição de reserva legal	13	-	765	-	(765)	-
Dividendo mínimo obrigatório	13	-	-	-	(3.633)	(3.633)
Reserva de retenção de lucros	13	-	-	10.900	(10.900)	-
Em 31 de dezembro de 2024		84.008	2.887	10.900	-	97.795
Declaração do dividendo ocorrida no exercício	13	-	-	(5.067)	-	(5.067)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.334	16.334
Constituição de reserva legal	13	-	817	-	(817)	-
Dividendo mínimo obrigatório	13	-	-	-	(3.879)	(3.879)
Reserva de retenção de lucros	13	-	-	11.638	(11.638)	-
Em 31 de dezembro de 2025		84.008	3.704	17.471	-	105.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.393	16.949
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	7	7.647	7.623
Amortização do ativo intangível	8	87	88
Amortização do ativo de direito de uso	9	207	116
Juros sobre passivo de arrendamento	9	39	33
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	9.733	8.736
Baixa de ativo imobilizado, líquida	7	-	60
Amortização de despesa de contratação de empréstimos	11	134	134
Provisão para demandas judiciais		-	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(24)	543
Contas a receber - Partes relacionadas		(113)	-
Despesas antecipadas		(208)	(168)
Estoques		(58)	(53)
Impostos e contribuições a recuperar		(90)	(22)
Depósitos judiciais		(7)	(30)
Adiantamentos a fornecedores		(149)	-
Outras contas a receber		149	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar e Fornecedores		243	2.334
Contas a pagar – Partes relacionadas		(2.122)	-
Obrigações tributárias		(211)	(84)
Outras contas a pagar		5	(97)
Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.650)	(1.465)
Pagamento de empréstimos financiamentos - juros	11	(7.407)	(7.954)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.598	26.741
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito e depósitos restituíveis		(260)	689
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(765)	(936)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.025)	(247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(7.671)	(7.544)
Pagamento de passivo de arrendamento	9	(221)	(127)
Dividendos pagos a acionistas controladores		(9.617)	(9.150)
Redução de capital	12	-	(6.236)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.509)	(23.057)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa			
		6.064	3.437
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	3	5.232	1.795
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	3	11.296	5.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Serra dos Cavalinhos I Energética S.A. (“Serra dos Cavalinhos I” ou “Companhia”) com sede social localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 02, CEP 22775-028, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto: (a) implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Serra dos Cavalinhos I (“PCH”), localizada nos municípios de Monte Alegre dos Campos, Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS, com 25,00 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 4.497, de 05 de fevereiro de 2014; (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; e a (d) a comercialização de créditos de carbono.

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2007, e atualmente é controlada diretamente pela Elera Renováveis S.A.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Resolução	Local
Serra dos Cavalinhos I	25,00	4.497/2014		Monte Alegre dos Campos, Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS

1.1. Continuidade operacional

A diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 22 de maio de 2026.

1.3. Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos; e

Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC

02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e)¹, Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarboxinação ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- i) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- ii) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- iii) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- iv) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- v) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- vi) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um *Exposure Draft* propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	2.766	2.356
Aplicações financeiras	8.530	2.876
Total	11.296	5.232

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	5.442	2.697
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	3.088	179
			8.530	2.876

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

Conta centralizadora do serviço da dívida

Conta Centralizadora do Itaú Unibanco S.A. saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) vinculado as obrigações com o mesmo. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Itaú Unibanco S.A., que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

Caixa restrito de longo prazo:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	<u>7.290</u>	7.030
			<u>7.290</u>	<u>7.030</u>

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Não faturado	3.492	3.490
Venda de energia elétrica - Faturado	1.517	1.496
Contas a receber – MRE/CCEE	1	-
	5.010	4.986

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	4.694	4.276
Saldo vencido até 30 dias	15	349
Saldo vencido de 31 a 90 dias	8	-
Saldo vencido de 91 a 180 dias	293	361
Total	5.010	4.986

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

6. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis

	2025	2024
Almoxarifado	842	784
Total dos estoques	842	784

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitando-se ao prazo final das outorgas e concessões, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo de concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças na estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão na data do balanço.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	69.993	(20.897)	49.096	51.373
Reservatórios, barragens e adutoras	126.548	(34.406)	92.142	96.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.240	(11.859)	29.381	30.676
<u>Em curso</u>				
Estoque de ativo fixo	847	-	847	838
Bens em andamento	1.365	-	1.365	767
	239.993	(67.162)	172.831	179.713

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	69.910	-	83	-	69.993
Reservatórios, barragens e adutoras	126.548	-	-	-	126.548
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.165	-	75	-	41.240
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	838	31	(22)	-	847
Bens em andamento	767	734	(136)	-	1.365
	239.228	765	-	-	239.993

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	69.737	-	173	-	69.910
Reservatórios, barragens e adutoras	126.548	-	-	-	126.548
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.059	-	106	-	41.165
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	374	506	-	(42)	838

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Bens em andamento	634	430	(279)	(18)	767
	238.352	936	-	(60)	239.228
	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Depreciação					
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(18.537)	(2.360)	-	-	(20.897)
Reservatórios, barragens e adutoras	(30.489)	(3.917)	-	-	(34.406)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(10.489)	(1.370)	-	-	(11.859)
	(59.515)	(7.647)	-	-	(67.162)
	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
Depreciação					
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(16.296)	(2.359)	118	-	(18.537)
Reservatórios, barragens e adutoras	(26.453)	(3.917)	(119)	-	(30.489)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.143)	(1.347)	1	-	(10.489)
	(51.892)	(7.623)	-	-	(59.515)

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

8. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial.

Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (R1).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Extensão de outorga

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 2 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Companhia determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 2 meses, ao valor de R\$39. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$2.419, bem como extensão de 24 meses na sua respectiva outorga conforme divulgado pela CCEE. No total a Companhia reconheceu um total de R\$2.458 referente a extensão de outorga.

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perdas no valor recuperável do ativo intangível.

Segue a movimentação do ativo intangível na demonstração financeira:

Custo	2025		2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Em serviço</u>			
Extensão de outorga	2.458	(391)	2.067
	2.458	(391)	2.067

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Custo	Saldo em				Saldo em
<u>Em serviço</u>	2024	Adição	Transferências	Baixas	2025
Extensão de outorga	2.458	-	-	-	2.458
	2.458	-	-	-	2.458

Custo	Saldo em				Saldo em
<u>Em serviço</u>	2023	Adição	Transferências	Baixas	2024
Extensão de outorga	2.458	-	-	-	2.458
	2.458	-	-	-	2.458

Amortização	Saldo em				Saldo em
<u>Em serviço</u>	2024	Adição	Transferências	Baixas	2025
Extensão de outorga	(304)	(87)	-	-	(391)
	(304)	(87)	-	-	(391)

Amortização	Saldo em				Saldo em
<u>Em serviço</u>	2023	Adição	Transferências	Baixas	2024
Extensão de outorga	(216)	(88)	-	-	(304)
	(216)	(88)	-	-	(304)

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Veículos automotores: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável e a diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	2025			2024
	Cus620to	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Veículos	620	(323)	297	481
	620	(323)	297	481
Custo	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Veículos	936	23	(339)	620
	936	23	(339)	620
Custo	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Veículos	339	597	-	936
	339	597	-	936
Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Veículos	(455)	(207)	339	(323)
	(455)	(207)	339	(323)
Amortização	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Veículos	(339)	(116)		(455)
	(339)	(116)		(455)

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	263	209	233	468
Ajuste a valor presente	(21)	(107)	(41)	(157)
Total	242	102	192	311

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	503	-
Adições	23	597
Pagamento	(221)	(127)
Juros sobre arrendamento (Nota 16)	39	33
Saldo final	344	503

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

Ano	Valor
2027	102
	102

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	2025	2024
Fornecedores	426	1.857
Compra de energia – MRE/CCEE	473	82
Provisão de fim de obra	1.283	-
Total	2.182	1.939

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (covenants) de natureza financeira e não financeira. A administração realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação da Companhia.

As despesas incorridas na captação de empréstimos e financiamentos são registradas como custos diferidos e apropriadas ao resultado financeiro da Companhia de forma sistemática, ao longo do prazo contratual, utilizando o método da taxa efetiva de juros, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
BNDES	Financiamento	TJLP (*) + 2,18 % a.a.	8.091	80.753	7.896	86.159
Total			8.091	80.753	7.896	86.159

	2025	2024
Saldo inicial	95.737	102.499
Juros provisionados (Nota 16)	9.733	8.736
Amortização de principal	(7.671)	(7.544)
Pagamento de juros	(7.407)	(7.954)
Saldo antes das despesas de contratação	90.392	95.737
Saldo inicial	(1.682)	(1.816)
Amortização da despesa de contratação	134	134
Total das despesas de contratação	(1.548)	(1.682)
Saldo final dos empréstimos, financiamentos	88.844	94.055

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2025, têm os seguintes vencimentos:

2027	7.777
2028	7.777
2029	7.777
Após 2029	57.422
Total	80.753

12. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria da Companhia classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Diretoria da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

A Diretoria realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Diretoria, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$84.008, dividido em 31.287.550 (trinta e um milhões e duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Companhia, no montante de R\$6.236, com o cancelamento de 6.236.836 (seis milhões duzentos e trinta e seis mil e oitocentos trinta e seis) quotas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia

Reservas de lucros:

Reserva legal:

Sobre a reserva legal o Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Durante o exercício de 2025 e 2024 a Companhia apresentou lucro líquido.

Dividendos:

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Deliberações do exercício de 2025:

Em 08 de dezembro de 2025, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$2.067.

Em 25 de março de 2025, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$3.000.

Dessa forma, o total de dividendos declarados em 2024 foi de R\$5.067

Deliberações do exercício de 2024:

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$917.

Em 12 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$4.649.

Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Ata de Reunião da Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, referentes ao período de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$4.050.

Dessa forma, o total de dividendos declarados em 2024 foi de R\$9.616.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.334	15.298
Constituição da reserva legal 5%	(817)	(765)
Lucro líquido ajustado	15.517	14.533
Dividendos mínimo obrigatório 25%	(3.879)	(3.633)
Reserva de dividendos complementares	(11.638)	(10.900)
Resultados a destinar	-	-

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	43.364	41.568
Venda de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 18)	-	236
Resultado com MRE e CCEE	2.880	323
(Nota 17)	46.244	42.127
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
ICMS	(707)	(765)
PIS	(275)	(267)
COFINS	(1.272)	(1.232)
	(2.254)	(2.264)
Receita operacional líquida	43.990	39.863

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia - Partes relacionadas (Nota 18)	-	(316)
Royalties ANEEL	(1.585)	(1.419)
Total custo do serviço de energia elétrica	(1.585)	(1.735)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	(1)	(24)
Viagens	(4)	(96)
Serviços de terceiros	(559)	(1.184)
Seguros	(2.372)	(1.924)
Pessoal	(20)	(18)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 7)	(7.647)	(7.623)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 9)	(207)	(116)
Amortização do ativo intangível (Nota 8)	(87)	(88)
Manutenção	(102)	(277)
MRE/ CCEE	(4.944)	(1.815)
Telecomunicações	-	(1)
Promoção e publicidade	(13)	(16)
Outros	(86)	(134)
Total custo com a operação	(16.042)	(13.316)
Total de custos	(17.627)	(15.051)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(44)	(17)
Promoção e publicidade	-	(14)
Total das despesas gerais e administrativas	(44)	(31)

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	1.931	1.140
Total	<u>1.931</u>	<u>1.140</u>

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (Nota 11)	(9.733)	(8.736)
Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 9)	(39)	(33)
Amortização da despesa de contratação (Nota 11)	(133)	(134)
Multas e juros	(5)	(49)
Imposto sobre operações financeiras	(3)	(8)
Outros	(97)	(42)
	<u>(10.010)</u>	<u>(9.002)</u>

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Corrente		
Imposto de renda	(1.385)	(1.096)
Contribuição social	(674)	(555)
Total com despesas de impostos	<u>(2.059)</u>	<u>(1.651)</u>

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) – (Nota 14)	46.244	46.244	42.127	42.127
ICMS	(707)	(707)	-	-
	<u>45.537</u>	<u>45.537</u>	42.127	42.127
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	3.643	5.464	3.370	5.055
Receitas financeiras	1.931	1.931	1.111	1.111
Outras receitas	153	153	-	-
Base de cálculo total	5.727	7.548	4.481	6.166
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Outros	47	5	(24)	-
Total	<u>(1.385)</u>	<u>(674)</u>	<u>(1.096)</u>	<u>(555)</u>

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo			
<u>Contas a receber</u>			
São Luiz Energética S.A.	(a)	237	237
Elera Renováveis S.A.	(a)	113	-
		<u>350</u>	<u>237</u>
Passivo			
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	69	2.191
São Luiz Energética S.A.	(b)	316	316
		<u>385</u>	<u>2.507</u>
<u>Dividendos a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(c)	3.879	4.450
		<u>3.879</u>	<u>4.450</u>
Receita			
<u>Venda de energia</u>			
São Luiz Energética S.A.	(d)	-	236
	(Nota 14)	-	236
Custo			
<u>Compra de energia</u>			
São Luiz Energética S.A.	(e)	-	316
	(Nota 15)	-	316

(a) Contas a receber entre a Companhia e as entidades do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Contas a pagar entre a Companhia e as entidades do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(c) Dividendos mínimos do exercício a serem pagos para a acionista da Companhia;

(d) Venda de energia elétrica para outras entidades do grupo;

(e) Compra de energia elétrica de outras entidades do grupo.

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, para a Companhia é de R\$410.207 (R\$410.207 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde está instalada hidrelétrica. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e depósitos bancários	2.766	-	2.766	2.356	-	2.356
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	8.530	8.530	-	2.876	2.876
Contas a receber de clientes	5.010	-	5.010	4.986	-	4.986
Contas a receber – Partes relacionadas	350	-	350	237	-	237
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	7.290	7.290	-	7.030	7.030
Adiantamentos a fornecedores	149	-	149	-	-	-
Despesas antecipadas	614	-	614	406	-	406
Depósitos judiciais	482	-	482	475	-	475
Outras conta a receber	2	-	2	151	-	151
	9.373	15.820	25.193	8.611	9.906	18.517

Passivo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	2.182	-	2.182	1.939	-	1.939
Contas a pagar – Partes relacionadas	385	-	385	2.507	-	2.507
Empréstimos e financiamentos	88.844	-	88.844	94.055	-	94.055
Passivo de arrendamento	344	-	344	503	-	503
Dividendos a pagar	3.879	-	3.879	4.550	-	4.550
Outras contas a pagar	5	-	5	-	-	-
Total	95.639	-	95.639	103.554	-	103.554

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- a) No mercado principal para o ativo ou passivo;
- b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória n° 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

21. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2025	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (Nota 9)	184	(481)
Adição de contratos de arrendamento	23	597
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	207	116

Arrendamento	2025	2024
Total de movimentação do passivo de arrendamento (Nota 8)	(159)	503
Adições de contratos de passivo de arrendamento	(23)	(597)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(182)	(94)

* * *